

Esquerda pode vencer a votação da reforma

O deputado Santinho furtado (PMDB-PR) deverá acompanhar a esquerda e dar o voto de minerva na aprovação do parecer do relator da Subcomissão de Política Fundiária e Reforma Agrária, deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) que será votado no sábado à tarde. Ontem à tarde, ele não procurou esconder sua preferência e disse: "Sou muito mais o Osvaldo Lima Filho do que o Rosa Prata" o deputado Rosa Prata (PMDB-MG) foi quem apresentou o substitutivo da ala moderada.

Entretanto, ele condicionou seu apoio a algumas modificações no parecer original, uma delas, inclusive já foi aceita por Osvaldo Lima Filho: o pagamento das benfeitorias nas propriedades a serem desapropriadas será feito

em dinheiro e não através de título da dívida pública, como pretendido inicialmente. Santinho Furtado cobra ainda duas outras mudanças em pontos que são dos mais polêmicos do relatório. Pretende que a limitação da propriedade de terras seja aumentada de 100 para 200 módulos e também que a imissão de posse não seja feita imediatamente, mas que siga os trâmites legais de costume.

Ao explicar por que defende propriedades de até 200 módulos, Santinho Furtado explicou que esta idéia "agradaria tanto a gregos como a troianos da subcomissão". Pecuarista, indagado sobre sua fazenda, ele respondeu: "Eu não tenho preocupação particular com isso, pois minha terra não atinge os 100 módulos".

O deputado revelou que está recebendo pressões de todos os setores, até mesmo telefonemas com ameaças de morte já lhe foram feitos. Assíduo frequentador do plenário, Santinho Furtado desde que se tornou o fiel da balança na sua subcomissão deixou de passear pelos corredores tranquilamente como fazia antes. Seu gabinete está sempre cheio com jornalistas, fazendeiros, deputados e entidades ligadas ao trabalho rural e Reforma Agrária. Ontem, segundo um de seus secretários, os telefonemas foram tantos que, irritado, o deputado mandou desligar a linha direta que tem seu gabinete por mais de trinta minutos, além de ordenar a suspensão de outros telefonemas, pelos ramais.



Pelo consenso, não é hora de mudar regime

O parlamentarismo é sem dúvida o sistema político ideal, mais eficiente e democrático que o Brasil poderia ter, mas não agora. Esta, é a conclusão que parece brotar dos debates de ontem, após as conferências e exposições realizadas no Seminário Internacional sobre Parlamentarismo e Presidencialismo, pelo professor James Young, embaixador Luiz Gonzaga Nascimento e Silva e jurista João Gilberto Lucas Coelho.

O consenso sobre as excelências do parlamentarismo, bem como a inoportunidade de sua adoção, no momento atual, pelo Brasil foi exaustivamente ressaltada, tanto pelo senador Jarbas Passarinho, (PDS-PA) quanto pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pelo jornalista Carlos Chagas. A exceção parcial foi o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que insistiu na adoção imediata do parlamentarismo, como única solução para corrigir todas as distorções institucionais do país.

Jarbas Passarinho apoiou-se nas conferências e exposição anteriores para manifestar-se a favor de um presidencialismo contido por um Congresso Nacional forte e atuante.

Também o senador José Richa optou pela solução do presidencialismo com um Legislativo forte, alegando os mesmos motivos para a não-adoção do parlamentarismo, com o qual ele se confessou simpatizante.

O deputado Pimenta da Veiga, por sua vez, se disse parlamentarista convicto e afirmou que o sistema é mais indicado porque suas soluções são sempre políticas e democráticas.

Carlos Chagas lembrou que se registra agora, após o Plano Cruzado II, uma epidemia de parlamentaristas de ocasião propondo um sistema misto, que não é coisa alguma, mas puro e simples casuismo, que não tem nada a ver.

Para o Brasil, no momento não é conveniente a instituição do parlamentarismo, afastando a tradição centenária do presidencialismo. Este foi o ponto de vista defendido pelo embaixador Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva.

Jurista contesta item "Segurança"

Recife — Ao comentar o relatório da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, o ex-secretário-geral do Ministério da Justiça, José Paulo Cavalcanti Filho, disse ser contrário a alguns pontos, como por exemplo, a existência de um Conselho de Segurança. Ele acha que a suspensão de direitos e garantias individuais só é "política e eticamente defensável com uma audiência prévia do Congresso Nacional, fonte de poder legítimo".

Segundo o jurista, boa parte do que a proposta da subcomissão tem de aproveitável se encontra hoje já à disposição do governo em leis ordinárias.

Para o capitão José Neto, da Polícia Militar, o ideal seria a criação de um Ministério da Defesa, "porque seria administrado por um político e não por um militar". Ele acha que esse ministério, que congregaria Exército, Marinha e Aeronáutica, deveria dar garantia à pátria e aos poderes constitucionais, enquanto a segurança interna do país seria feita pelas PM's e policiais civis. O capitão defende também o fim do inquérito policial e a criação de um juizado de instrução "para agilizar a Justiça".

Scalco propõe o controle da saúde

Qualquer ação na área da saúde é considerada de natureza pública e de interesse social, cabendo ao Estado garanti-la e normatizá-la. É assegurada, porém, a organização de serviços privados, desde que integrados ao sistema nacional de saúde, que deverá disciplinar e controlar as atividades da iniciativa privada no setor.

A sugestão de norma constitucional foi encaminhada pelo 1º vice-líder do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR), para ser incluída no texto do anteprojeto elaborado pelo deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), relator da subcomissão de saúde, seguridade social, ecologia e meio ambiente da Constituinte. Ao todo, sua proposta tem seis artigos, quatro parágrafos e sete itens, fixando em 180 dias após a aprovação da nova Constituição a regulamentação destes procedimentos.

O deputado propõe a criação do sistema nacional de saúde e condições econômicas, sociais e culturais por parte do Estado para garantir proteção à maternidade, infância, juventude, velhice e deficientes físicos e mentais.

Conservador vê quadro favorável

A "guerra" entre os grupos "progressista" e "conservador" da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária acontecerá apenas nesta primeira etapa, onde o vencedor terá uma vantagem máxima de dois votos. Mas à medida em que a discussão passar pela comissão temática de ordem econômica e chegar ao plenário da Constituinte o quadro será "bem mais favorável" ao bloco que defende os interesses dos proprietários rurais.

Bloco tentará impedir ação de socialistas

Os parlamentares do "Centro Democrático" do PMDB; os líderes do PFL, José Lourenço; do PDS, Amaral Neto; do PTB, Gastone Righi; do PL, Adolfo de Oliveira, estão organizando bloco para atuar firmemente na Assembléia Nacional Constituinte, visando a impedir a aprovação de propostas estatizantes e socializantes dos partidos de esquerda. Eles ontem realizaram pequenas reuniões esparsas, a fim de discutir um programa de ação comum.

"É um grupo que se dispõe a defender os ideais do "Centro Democrático". Já falei com o Carlos Santana, com o Expedito Machado, com o José Lourenço, com o Amaral Neto. Queremos constituir um bloco de apoio à livre iniciativa, de defesa da propriedade privada, de combate à estatização, que admite a reforma agrária com indenização das terras improdutivas desapropriadas. Será bloco ideológico, doutrinário e programático" — disse o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

"O PMDB, obrigatoriamente, vai implodir. Vamos organizar um bloco do centro para reagir à esquerda no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, onde se travará de fato a grande batalha. É um grupo que vai resistir à estatização e à socialização", diz Amaral Neto, e bem a seu estilo ameaça. "É um bloco para sair na paulada, se for necessário.

Tese favorável a militar prevalece

A proposta de substitutivo do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), do grupo "Centro Democrático" do PMDB, que poupa os quatro ministros militares e os chefes do SNI e Gabinete Militar da moção de desconfiança do Congresso Nacional, deverá prevalecer na Subcomissão do Poder Executivo, contrariando o anteprojeto apresentado por seu relator, senador José Fogaça (PMDB-RS).

O próprio Fogaça teme a vitória dessa tese, o que em sua opinião, representaria uma tutela dos militares sobre o presidente da República.

Hoje, após os últimos remanejamentos de membros das subcomissões da Constituinte, os integrantes do "Grupo Democrático" são maioria na Subcomissão do Poder Executivo e comungam com a tese defendida pelas Forças Armadas e pelo presidente Sarney de que os ministros militares devem ser preservados da instabilidade política dos demais ministros, comum num sistema parlamentarista, como prega o parecer de Fogaça.

Os militares alegam que a própria estrutura das Forças Armadas ficaria abalada com os seus ministros podendo ser exonerados, através do voto de desconfiança de parlamentares. Eles rejeitam a criação do Ministério da Defesa, defendida em algumas emendas, por entenderem que, na prática, isto resultaria na submissão da Marinha e Aeronáutica ao Exército, que é a arma mais forte. Por trás destes argumentos, existe ainda a rejeição dos militares em serem comandados por um possível ministro da Defesa Civil e a perda de espaço político que decorreria da aglutinação dos quatro ministérios.

Divisão

Já a manutenção do presidencialismo, com as funções de estado e de governo concentradas na mão do presidente, defendida no substitutivo de Expedito Machado, terá mais dificuldade em conquistar adeptos.

Essa avaliação foi feita ontem pelo deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB paulista, e um dos líderes do grupo que, segundo ele, será maioria no plenário. A guerra que se trava no campo será transferida para a subcomissão neste final de semana. De um lado, estarão, com certeza, os 11 progressistas que defendem o anteprojeto do relator Osvaldo Lima Filho. Do outro, os 11 constituintes que apoiam o substitutivo do

deputado e proprietário rural Rosa Prata (PMDB-MG). Ontem, três membros da subcomissão enfrentavam em seus gabinetes a pressão dos dois blocos: senador Márcio Lacerda (PMDB-MT), amigo do ministro Dante de Oliveira, que apóia o anteprojeto do relator; e os deputados Santinho Furtado (PMDB-PR) e Valter Pereira (PMDB-MS). Os três eram, ainda ontem, considerados indefinidos.

Aloysio Chaves entrega o primeiro anteprojeto

O relator da subcomissão de Municípios e Regiões, deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), saiu na frente de seus colegas de outras subcomissões, ao entregar ontem pela manhã o seu anteprojeto final. Mas para cumprir rigidamente os prazos estabelecidos no regimento interno, o deputado não levou em conta a dilatação do período de entrega de emendas — que se encerrou ontem — considerando apenas as que foram encaminhadas até o domingo.

De acordo com o presidente da subcomissão, deputado Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG), não houve qualquer tipo de irregularidade na entrega do anteprojeto "em um dia em que outros relatores ainda recebiam emendas". Explica que somente cumpriram os prazos. No regimento interno está estabelecido que qualquer sugestão poderá ser apresentada até cinco dias depois da publicação dos avulsos.

Como a Subcomissão dos Municípios e Regiões teve o seu avulso publicado no dia 13, o deputado Aloysio Chaves entendeu que o prazo para recebimento de emendas se esgotou no último domingo. Segundo informações da Secretaria da Subcomissão, isso não prejudicou o resultado do trabalho. Ao todo foram apreciadas 169 emendas, ficando arquivadas aproximadamente 30. Estas têm ainda a chance de serem acolhidas caso qualquer componente da subcomissão peça destaque para a sua apreciação.

Alterações

Depois da apreciação das emendas, o relatório do deputado

Prodasen facilita trabalho

Para enfrentar as centenas de emendas apresentadas por deputados e senadores até ontem à noite, os relatores da subcomissões da Assembléia Constituinte receberão ainda nesta semana detalhados mapas produzidos pelo Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado). Em cada página, terão do lado esquerdo os artigos de seu anteprojeto, ao centro as emendas que pretendem modificá-lo e à direita um espaço para emitir o seu parecer.

Cada emenda já estará introduzida ao lado do artigo que pretende modificar no anteprojeto. Desta maneira, os relatores ganharão tempo por poderem cotejá-las diretamente, levando vantagem na corrida contra o relógio que estabelece o fim de semana como data máxima para a votação de cada anteprojeto e das respectivas emendas. Na segunda-feira, já votados em suas subcomissões, os relatórios devem chegar às mãos



Aloysio: pelo prazo rígido

Aloysio Chaves não sofreu grandes alterações. Das 169 sugestões apreciadas, 26 foram acolhidas. Assim, o anteprojeto passa a ter 27 artigos, ao invés dos 23 anteriores.

O anteprojeto prevê a criação de Conselhos Regionais, Metropolitanos e Municipais, que têm como prerrogativas estabelecer as diretrizes de desenvolvimento a serem executadas nas áreas de competência. Esses Conselhos poderão também vetar qualquer obra da União que cause prejuízos para a região.

O anteprojeto do deputado Aloysio Chaves determina que da receita tributária da União serão destinados, por 20 anos no mínimo, 30 por cento para os Fundos Regionais de Desenvolvimento. A distribuição proposta é a seguinte: 4% para o Sul, 2% para o Sudeste, 5% para o Centro-Oeste, 11% para o Nordeste e 8 para o Norte.

dos relatores das oito comissões temáticas, que promoverão a segunda etapa da Constituinte.

"A ajuda dos computadores dá velocidade à gente", diz o deputado Aloysio Chaves, relator da Subcomissão de Municípios e Regiões e primeiro a concluir o seu parecer, que será votado ainda nessa quinta-feira. "Se fosse tudo a bico-de-pena seria bem mais complicado", admite.

Chaves foi um dos oito relatores de subcomissões que trabalharam na própria sede do Prodasen, ao lado do Senado, durante a preparação do anteprojeto e da análise das emendas. Dois outros relatores enviaram assessores ao Prodasen, 11 mandaram processar ali seus pareceres e apenas três — João Hermann (PMDB-SP), Darcy Pozza (PDS-RS) e Fernando Gasparian (PMDB-SP) — não utilizaram seus computadores. O Centro de Processamento de Dados nunca vira tanto movimento de políticos.

Orçamento estuda 200 emendas apresentadas

A Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira deverá concluir neste final de semana o exame de cerca de 200 emendas apresentadas ao anteprojeto. Para isso, a subcomissão deverá trabalhar em esforço concentrado, de forma a garantir o encerramento da discussão até a próxima segunda-feira.

A parte do anteprojeto que dispõe sobre os orçamentos anuais do setor público deverá provocar maior polêmica, devido à apresentação de emendas, como a do constituinte César Maia (PDT-RJ), que dispõe sobre o retorno do orçamento monetário.

Segundo a proposta do relator José Luiz Maia (PDS-PI), o setor público terá apenas dois orçamentos anuais: o orçamento da União e das empresas estatais.

A diferença é que o orçamento das estatais também deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional.

Ainda pela proposta do relator, o orçamento da União compreenderá todas as receitas e despesas relativas aos poderes e suas entidades que não se enquadrem como empresas estatais, devendo explicitar custeio, investimento, transações financeiras e transferências. Também como orçamento da União, ficam incluídas as alocações destinadas ao financiamento do subsídio, assim como dos projetos especiais, recursos que até 1985 constavam do orçamento monetário. Pela emenda do deputado César Maia, essa parcela será alocada no orçamento monetário, mas sua aprovação seria pelo Congresso Nacional e não pelo Conselho Monetário Nacional.